



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

(Administração Direta e Indireta - Consolidado)

CONTEXTO

Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Município de Campinas integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal de Campinas e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 14.743/2013 de 19/12/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;

Lei 15.037/2015 de 06/07/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2016;

Lei 15.131/2015 de 23/12/2015, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Campinas para o exercício de 2016;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2016 foi feita no Sistema de Informações Municipais – SIM, na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal e o Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Município, referente ao exercício financeiro de 2016 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Mutações do Patrimônio Líquido, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Esse Balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A verificação/análise desse Balanço é de extrema importância para a definição dos indicadores que nortearão a avaliação da gestão orçamentária e, em linhas gerais, da política fiscal pelo impacto da arrecadação e pela execução da despesa pública.

O Balanço Orçamentário do Município é desdobrado em: Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

1. Do Orçamento do município de Campinas – Exercício 2016

A receita prevista na Lei Orçamentária 15.131/2015 de 23 de dezembro de 2015, para o exercício de 2016 foi de R\$ 5.059.554.567,00, ocorreram atualizações por meio de decretos de suplementações orçamentárias, basicamente por convênios firmados com órgãos do governo federal e estadual, bem como por remanejamentos de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos órgãos solicitantes, resultando em uma previsão atualizada de R\$ 5.111.823.712,40 e uma receita realizada de R\$ 4.251.389.474,23, assim distribuídas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADA (b)	SALDO (c=(b-a))
Receitas Correntes	4.762.843.833,00	4.788.291.843,44	4.174.765.820,96	(613.526.022,48)
Receitas de Capital	296.711.636,00	323.531.868,96	76.623.653,27	(246.908.215,69)
TOTAL DA RECEITA	5.059.554.567,00	5.111.823.712,40	4.251.389.474,23	(860.434.238,17)

A despesa fixada foi de R\$ 5.059.554.567,00 e atualizada de R\$ 5.174.286.894,53, sendo que as despesas empenhadas foram de R\$ 4.496.862.088,67, liquidadas R\$ 4.469.586.919,04 e pagas de R\$ 4.135.999.385,17.

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESA EMPENHADA (f)	DESPESA LIQUIDADADA (g)	DESPESA PAGA (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (h=(e-f))
Despesas Correntes	4.539.637.704,00	4.693.957.899,06	4.325.722.353,25	4.314.176.269,26	3.991.484.335,03	368.235.545,81
Despesas de Capital	475.067.963,00	465.480.095,07	171.139.735,42	155.410.649,78	144.515.050,14	294.340.359,65
Reserva de Contingência	44.848.900,00	14.848.900,40	-	-	-	14.848.900,40
TOTAL DA DESPESA	5.059.554.567,00	5.174.286.894,53	4.496.862.088,67	4.469.586.919,04	4.135.999.385,17	677.424.805,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

1.2 - Do Balanço Orçamentário

Vejamos a execução do Balanço Orçamentário Consolidado da PMC no exercício de 2016:

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	4.174.765.820,96	92,84%	Despesas Correntes	4.325.722.353,05	96,19%
Receita Tributária	1.634.327.080,95	36,34%	Pessoal E Encargos Sociais	2.288.447.842,78	50,89%
Receita de Contribuições	339.954.808,32	7,56%	Juros E Encargos Da Dívida	17.468.809,19	0,39%
Receita Patrimonial	145.959.011,30	3,25%	Outras Despesas Correntes	2.019.805.701,08	44,92%
Receita de Serviços	20.571.499,52	0,46%			
Transferências Correntes	1.675.782.030,52	37,27%			
Outras Receitas Correntes	358.171.390,35	7,96%			
RECEITAS DE CAPITAL	76.623.653,27	1,70%	Despesas De Capital	171.139.735,42	3,81%
Operações de Crédito	45.819.656,99	1,02%	Investimentos	116.269.331,46	2,59%
Alienação de Bens	9.687.995,73	0,22%	Inversões Financeiras	15.470.394,17	0,34%
Amortização de Empréstimos	1.350.937,81	0,03%	Amortização da Dívida Interna	39.400.009,79	0,88%
Transferência de Capital	19.765.062,74	0,44%			
TOTAL DAS RECEITAS	4.251.389.474,23	94,54%	TOTAL DAS DESPESAS	4.496.862.088,47	100,00%
DÉFICIT	245.472.614,44	5,46%	SUPERÁVIT		0,00%
TOTAL	4.496.862.088,67	100,00%	TOTAL	4.496.862.088,47	100,00%



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Observa-se que a execução orçamentária consolidada de 2016, evidencia que as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 4.251.389.474,23 e as despesas empenhadas de R\$ 4.496.862.088,67. O confronto desses valores reflete o resultado orçamentário, que se traduz em um déficit de R\$ 245.472.614,44.

O Superávit Financeiro de exercícios anteriores constitui disponibilidades para efetiva utilização, relativo as receitas arrecadadas em exercício anterior, oriundas de Convênios, Fundeb, QESE, FNDE, PNAE, porém não são consideradas como receita do exercício em que for utilizada.

Assim, se consideradas somente as despesas realizadas e as receitas arrecadadas no próprio ano, o resultado orçamentário consolidado de 2016, foi deficitário em R\$ 186.778.532,31, conforme demonstrado na tabela a seguir:

RECEITA	VALOR	DESPESA	VALOR
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA (A)	4.251.389.474,23	TOTAL DA DESPESA REALIZADA (B)	4.496.862.088,67
		SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (C) =(A-B)	(245.472.614,44)
		CRÉDITOS ABERTOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (D)	58.694.082,13
		SUPERÁVIT/DÉFICIT APÓS UTILIZAÇÃO SUPERÁVIT FINANCEIRO (E)=(C+D)	(186.778.532,31)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

1.3 - EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender as necessidades públicas e demandas da sociedade.

No exercício de 2016 as receitas realizadas do município apresentou o seguinte resultado:

	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado	% Realizada/Prevista
Receita Prevista	4.521.460.838,91	590.362.873,49	5.111.823.712,40	100,00%
Receita Realizada	3.737.127.855,95	514.261.618,28	4.251.389.474,23	83,17%
Diferença	(784.332.982,96)	(76.101.255,21)	(860.434.238,17)	(16,83)%

Da análise da tabela acima, a receita arrecadada foi inferior à previsão orçamentária em R\$ 860.434.238,17 (oitocentos e sessenta milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e dezessete centavos), ou seja, apresentou um déficit de arrecadação de 16,83%.

Na realização da Receita Orçamentária a Administração Direta participou com 87,90%, cabendo a Administração Indireta a complementação de 12,10%, conforme tabela a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Receita Realizada	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Receitas Correntes	3.660.504.932,34	514.260.888,62	4.174.765.820,96
Receitas de Capital	76.622.923,61	729,66	76.623.653,27
Total	3.737.127.855,95	514.261.618,28	4.251.389.474,23
% Participação/Total	87,90%	12,10%	

1.3.1 RECEITA CORRENTE

As Receitas Orçamentárias Corrente são arrecadadas dentro do exercício financeiro, sendo a principal fonte de financiamentos das despesas públicas; No exercício de 2016 as Receitas Correntes alcançaram o montante de R\$ 4.174.765.820,96, comparativamente ao exercício de 2016, este resultado representou um crescimento nominal de 7,67%, conforme demonstrado na tabela a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

	Em milhões			
	Jan-Dez	Jan-Dez	Variação	
	2015	2016	Valor	em %
Receitas Correntes	3.877,20	4.174,77	297,57	7,67
Receitas Tributárias	1.566,30	1.634,33	68,03	4,34
IPTU	466	525,87	59,87	12,84
ISSQN	697,9	688,48	-9,42	-1,34
ITBI	103	100,7	-2,3	-2,23
IRRF	185,4	194,48	9,08	4,9
Outras Receitas Tributárias	114,1	124,80	10,7	9,38
Receitas de Contribuições	154,9	339,95	185,05	119,46
Receita Patrimonial	136,4	145,96	9,56	7,01
Receitas Serviços	18,4	20,57	2,17	11,79
Transferências Correntes	1.633,20	1.675,78	42,58	2,61
Demais Receitas Correntes	368	358,18	-9,82	-2,67

As Receitas Tributárias, destacada na tabela acima, representam a principal fonte de arrecadação própria da Prefeitura de Campinas, em 2016 a arrecadação total foi de R\$ 1.634.327.080,95, com desempenho de 4,34% em relação ao exercício de 2015; Com destaque para IPTU com arrecadação de R\$ 525.871.213,62 e o ISSQN com arrecadação de R\$ 688.482.486,59. A Tabela a seguir detalha as Transferências Correntes, com arrecadação de R\$ 1.675.782.030,52, sendo a principal fonte de recursos para manutenção das atividades públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

	Jan-Dez	Jan-Dez	Variação	
	2015	2016	Valor	em %
Transferências Correntes	1.633,20	1.675,78	42,58	2,61
Transferências da União	430,9	457,5	26,6	6,17
FPM	49,2	57,23	8,03	16,32
SUS	323,8	333,99	10,19	3,15
FNDE	51,2	51,18	-0,02	-0,03
Transf. Convênios União	1	2,92	1,92	192
Outras Transf. da União	5,7	12,18	6,48	1,14
Transferências do Estado	960,2	967	6,8	0,07
ICMS	671,8	671,09	-0,71	-0,01
IPVA	220,4	224,31	3,91	1,77
Transf. Convênios Estado	55,1	54,58	-0,52	-0,09
Outras Transf. do Estado	12,9	17,02	4,12	31,94
Transferências do FUNDEB	231,6	244,68	13,08	5,65
Demais Transferências Correntes	10,5	6,60	-3,9	-37,14

Comparativamente ao exercício de 2015 o crescimento nominal em 2016 foi de apenas 2,61%. As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das transferências correntes, conforme detalhamento na tabela acima, são, da União: os repasses do Sistema Único de Saúde – SUS, com arrecadação de R\$ 333.991.049,06 com desempenho de 3,15% em relação ao mesmo período de 2015. Em relação as transferências do Estado os destaques ficam para a participação do município na arrecadação do ICMS e do IPVA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Cota Parte do ICMS:-

O índice de participação do Município de Campinas, obtido a partir dos dados coletados da DIPAM - Declaração para o Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS, apurado no ano base de 2013 foi de 2,69829369%; No ano base de 2014 o índice foi de 2,69774863%; índice definitivo. Os índices de cada ano base de apuração são aplicados para realização de repasses dois anos após o ano base; Assim, o índice apurado em 2013 foi aplicado nos repasses de 2015 e o índice apurado em 2014 foi aplicado no exercício de 2016.

Em 2016 os repasses do ICMS foram de R\$ 671.089.224,74 apresentando uma redução de 0,11% em relação igual período de 2015.

Cota Parte do IPVA:-

A Constituição Federal de 1988 (artigo 158, inciso III) determina que 50% da receita arrecadada pelos Estados sejam repassados aos respectivos municípios. Em 2016 a cota parte do IPVA do município de Campinas foi de R\$ 224.316.217,41, tendo apresentado crescimento nominal de 1,78% em relação a igual período de 2015.

Transferências do FUNDEB:-

As Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, foram de R\$ 244.678.389,31; apresentando crescimento nominal de apenas 5,66 em relação ao arrecadado em 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

1.3.2 RECEITA DE CAPITAL

As Receitas Orçamentárias de Capital, aumentam as disponibilidades financeiras do Município e são as fontes de financiamento dos programas e ações de governo de investimentos.

As Receitas de Capital alcançaram, em 2016, o montante de R\$ 76.623.653,27, apresentando crescimento de 42,42% em relação ao mesmo período de 2015. A tabela a seguir demonstra a evolução das receitas de capital realizadas em 2016 comparativamente ao exercício de 2015.

	em milhões			
	Jan-Dez	Jan-Dez	Variação	
	2015	2016	Valor	em %
Receitas Capital	53,8	76,6	22,8	42,38
Operações de Crédito	42,9	45,82	2,92	6,81
Alienação de Bens	2,4	9,69	7,29	303,7
Amortização de Empréstimos	1,2	1,35	0,15	12,5
Transferências Capital	7,3	19,8	12,5	171,2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das Receitas de Capital foram:

- a) Operações de Créditos no valor de R\$ 45.819.656,99 junto a Caixa Econômica Federal, referente a contrapartida do município para o Programa Pró-Transporte;
- b) Transferências de Capital, referente a convênios, arrecadação de R\$ 19.765.062,74, apresentando acréscimo de 171,2%; Destaque para repasses do convênio com Governo do Federal destinadas a Programas de Educação, no montante de R\$ 5.585.148,35 e PAC Pavimentação e Infraestrutura de esportes no total de R\$ 7.366.821,63.

2. EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Despesa Orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento municipal, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

A tabela a seguir apresenta uma síntese da movimentação da Despesa Orçamentária, ocorrida em 2016, onde observa-se que a Execução da Despesa Orçamentária atingiu o montante de R\$ 4.496.862.088,67, dados consolidados (administração direta e indireta), e representou 86,9% do total dos créditos autorizados no montante de R\$ 5.174.286.894,53, gerando uma Economia Orçamentária, quando se compara os Créditos Autorizados versus Despesas Empenhadas de R\$ 677.424.805,86; As despesas liquidadas foram de R\$ 4.469.586.919,04,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

representando 99,4% das despesas empenhadas. Já as despesas pagas referente a execução orçamentária de 2016 foram de R\$ 4.135.999.385,17, representando 92,0% do total da despesas empenhadas consolidadas de 2016.

Despesas Totais

3º Quadrimestre - 2016

Despesas Totais	em R\$ Milhões	% em relação ao item anterior
Dotação Inicial para 2016	5.059,6	
Dotação Atual para 2016 *	5.174,3	
Despesas Empenhadas em 2016	4.496,9	86,9
Despesas Liquidadas em 2016	4.469,6	99,4
Despesas Pagas em 2016	4.136,0	92,5

Fonte: Relatório da Execução Orçamentária

Nota: Dotação Atual= Dotação Inicial +Créditos Suplementares



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

2.1 DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

As Despesas Orçamentárias estruturam-se, segundo a categoria econômica em:

- Despesas Correntes – Classificam nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- Despesas de Capital – Classificam nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

A tabela a seguir demonstra as despesas consolidadas da PMC por categoria econômica e por grupo de natureza de despesas:

	ORÇADA (1)	EMPENHADA (2)	LIQUIDADA (3)	R\$ Milhões % de Realização	
				(1/2)	(3/2)
Despesas Correntes	4.539,6	4.325,7	4.314,2	95,3	99,7
Pessoal e Encargos Sociais	2.313,11	2.288,4	2.284,4	98,9	99,8
Juros e Encargos da Dívida	61,65	17,5	17,5	28,3	100,0
Outras Despesas Correntes	2.164,87	2.019,8	2.012,3	93,3	99,6
Despesas de Capital	475,1	171,1	155,4	36,0	90,8
Investimentos	411,42	116,3	100,5	28,3	86,5
Inversões Financeiras	20,70	15,5	15,5	74,7	100,0
Amortização da Dívida	42,95	39,4	39,4	91,7	100,0
Reserva de Contingência	44,85			0	0,0%
DESPESA TOTAL	5.059,6	4.496,9	4.469,6	88,9	99,4

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Na análise da tabela acima, verifica-se que as despesas correntes, que compreende os gastos para manutenção dos serviços públicos, foram empenhados em 2016 o montante de R\$ 4.325.722.353,25, assim distribuídos:

- Pessoal e Encargos Sociais – R\$ 2.288.447.842,98;
- Juros e Encargos da Dívida – R\$ 17.468.809,19;
- Outras Despesas Correntes – R\$ 2.019.805.701,08;

As Despesas de Capital constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens e serviços. Essa categoria divide-se em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, constata-se na tabela acima que a despesas de capital empenhadas em 2016 foram de R\$ 131.739.725,63, com destaque para rubrica de investimentos com execução de R\$ 116.269.331,46;

2.2 DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

A Classificação das Funções de Governo é um tipo de classificação orçamentária utilizado pela administração pública e que representa a agregação dos créditos distribuídos pelos grandes objetivos das políticas públicas. As funções de governo, são as constantes da Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999. A seguir a tabela com as despesas realizadas por função:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Funções		Autorizada (I)	Realizada (II)	Diferença (I-II)	% Realizada S/Autorizada (III=II/I)	% Participação S/ Realizada
1	LEGISLATIVO	120.000.000,00	114.828.429,04	5.171.570,96	95,7	2,6
4	ADMINISTRAÇÃO	495.910.081,73	449.404.542,71	46.505.539,02	90,6	10,0
6	SEGURANÇA PÚBLICA	64.218.771,00	61.033.498,36	3.185.272,64	95,0	1,4
7	RELAÇÕES EXTERIORES	382.000,00	62.576,43	319.423,57	16,4	0,0
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	177.876.169,42	137.824.230,01	40.051.939,41	77,5	3,1
9	PREVIDÊNCIA SOCIAL	627.138.658,00	616.734.489,16	10.404.168,84	98,3	13,7
10	SAÚDE	1.431.242.468,89	1.269.857.435,56	161.385.033,33	88,7	28,2
11	TRABALHO	13.460.318,86	10.332.354,14	3.127.964,72	76,8	0,2
12	EDUCAÇÃO	1.014.114.477,90	949.397.242,16	64.717.235,74	93,6	21,1
13	CULTURA	88.896.748,62	45.233.871,84	43.662.876,78	50,9	1,0
14	DIRETORIA DA CIDADANIA	4.729.100,00	2.731.922,65	1.997.177,35	57,8	0,1
15	URBANISMO	692.203.007,71	507.764.875,10	184.438.132,61	73,4	11,3
16	HABITAÇÃO	39.699.447,00	11.677.841,92	28.021.605,08	29,4	0,3
18	GESTÃO AMBIENTAL	7.273.658,95	1.776.189,28	5.497.469,67	24,4	0,0
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	247.000,00	0,00	247.000,00	0,0	0,0
20	AGRICULTURA	186.000,00	3.335,50	182.664,50	1,8	0,0
22	INDUSTRIA	481.000,00	98.752,34	382.247,66	20,5	0,0
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.102.923,00	22.395.336,12	5.707.586,88	79,7	0,5
26	TRANSPORTE	173.474.796,53	127.706.733,08	45.768.063,45	73,6	2,8
27	DESPORTO E LAZER	8.204.573,91	4.850.244,47	3.354.329,44	59,1	0,1
28	ENCARGOS ESPECIAIS	171.596.792,61	163.148.188,80	8.448.603,81	95,1	3,6
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,40	0,00	0,40	0,0	0,0
	RESERVA CONTINGÊNCIA RPPS	14.848.900,00	0,00	14.848.900,00	0,0	0,0
TOTAL		5.174.286.894,53	4.496.862.088,67	677.424.805,86	86,9	100,0



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

2.3 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Tabela a seguir demonstra um resumo da execução orçamentária consolidada (inclui receitas e despesas intra-orçamentária) de 2016 do município:

Orçamento	Consolidado
Receita	
Realizada	4.251.389.474,23
Prevista	5.111.823.712,40
(=) Insuficiência de Arrecadação	860.434.238,17
Despesa	
Realizada	4.496.862.088,67
Prevista	5.174.286.894,53
(=) Economia Orçamentária	677.424.805,86
Resultado	
Receita Realizada	4.251.389.474,23
(-) Despesa Executada	4.496.862.088,67
(=) Superávit/Déficit de Execução	(245.472.614,44)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

2.4 ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para análise da gestão orçamentária. Neste sentido, apresentamos alguns indicadores de gestão orçamentária, conforme segue:

- **Excesso/Insuficiência de Arrecadação:** uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada correspondem à insuficiência ou excesso de arrecadação ocorrido no exercício.
Analisando o Balanço Orçamentário da PMC, observa-se uma insuficiência de Arrecadação no montante de R\$ 860.434.238,17; Decorrente do confronto entre a arrecadação de R\$ 4.251.389.474,23 e a estimativa da Receita Orçamentária de R\$ 5.111.823.712,40.

- **Economia na realização da despesa:** a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada correspondem a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada, não foi utilizada para execução de despesas.
Analisando o Balanço Orçamentário da PMC, observa-se uma **economia na realização de despesas de R\$ 677.424.805,86;** Decorrente do confronto entre a dotação atualizada de R\$ 5.174.286.894,53 e a Despesa Executada de R\$ 4.496.862.088,67.

- **Inscrição de Restos a Pagar:** a comparação entre:
 - a) Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Assim a diferença entre despesas liquidadas no montante de R\$ 4.469.586.919,04 e despesas pagas no montante de R\$ 4.135.999.385,17 importa na inscrição pela PMC em 2016 de **R\$ 333.587.533,87 de RPP**.

b) Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício.

Assim, a diferença entre despesas empenhadas R\$ 4.496.862.088,67 e despesas liquidadas de R\$ 4.469.586.919,04, importou em uma inscrição pela PMC, em 2016 de **R\$ 27.275.169,63 de RPNP**.

- **Quociente do Resultado Orçamentário** – é uma relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superávit e menor que 1, déficit.

Em 2016, o município de Campinas, apresentou um Resultado Deficitário, ou seja, quociente menor que 1, conforme demonstrado a seguir:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{4.251.389.474,23}{4.496.862.088,67} = 0,95$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

- **Quociente da Execução Orçamentária Corrente** – é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Em 2016, a Prefeitura Municipal de Campinas, apresentou o seguinte Resultado da Execução Orçamentária Corrente:

$$\frac{\text{Receita Realizada Corrente (Líquida)}}{\text{Despesa Empenhada Corrente}} = \frac{3.800.708.337,52}{4.496.862.088,67} = 0,85$$

- **Cumprimento a Regra de Ouro:**

O município recebeu a título de Operações de Crédito em 2016 o valor de R\$ 45.819.656,99 e despesa de capital no valor de R\$ 131.739.725,63, cumprindo assim a Regra de Ouro contida no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

RECEITA		11.446.758.816,94
Receita Orçamentária	4.251.389.474,23	
Transferências Financeiras Recebidas	401.850.141,52	
Receita Extraorçamentária	6.081.517.219,65	
Saldo do exercício anterior	712.001.981,54	
DESPESA		11.446.758.816,94
Despesa Orçamentária	4.496.862.088,67	
Transferências Financeiras Concedidas	397.010.515,19	
Despesa Extraorçamentária	5.866.363.324,46	
Saldo para o exercício seguinte	686.522.888,62	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 1 – Receitas e Despesas Orçamentárias

Os recursos são divididos entre ordinários e vinculados.

Receita Orçamentária	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	Despesa Orçamentária	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara
Ordinárias	3.003.703.340,87	42.793.824,54	Ordinárias	1.224.792.739,43	153.987.911,95
Vinculadas	733.424.515,08	471.467.793,74	Vinculadas	2.362.573.639,93	755.507.797,36
TOTAL DA RECEITA	3.737.127.855,95	514.261.618,28	TOTAL DA DESPESA	3.587.366.379,36	909.495.709,31

Nota 2 – Restos a Pagar / Serviço da Dívida a Pagar

Refere-se a valores de restos a pagar inscritos no período (Receita) e os liquidados (Despesa), de fornecedores e dívidas.

RESTOS A PAGAR	Executivo + Fundos		Adm. Indireta + Câmara		CONSOLIDADO	
	INSCRIÇÕES	BAIXAS	INSCRIÇÕES	BAIXAS	INSCRIÇÕES	BAIXAS
Restos a Pagar	329.939.646,16	391.694.575,67	30.923.057,34	27.800.905,88	360.862.703,50	419.495.481,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 3 – Depósitos

Refere-se a valores de terceiros sendo o grande montante as consignações que são descontos compulsórios ou facultativos efetuados na folha de pagamento do servidor ou fornecedor, compreendendo retenção de impostos, planos de seguridade, pensão alimentícia judicial, previdência social, Caução Dinheiro, entre outros:

DEPÓSITOS	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	Saldo
Recebimentos	727.615.557,59	197.696.611,00	925.312.168,59
Restituições	712.254.277,15	186.672.167,75	898.926.444,90

Nota 4 – Outras Movimentações Extra orçamentárias

Outras movimentações sem previsão orçamentária.

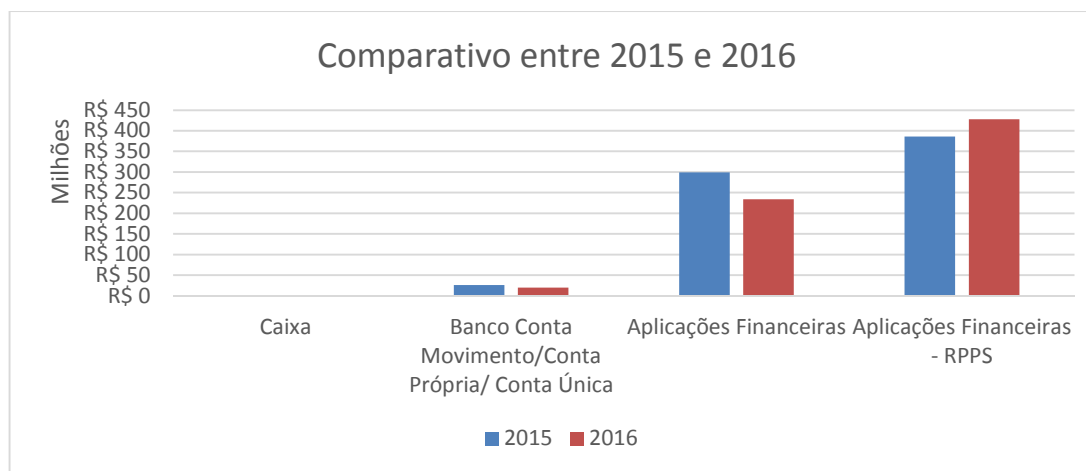
Outras Movimentações Extra Orçamentárias	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	Saldo
Receitas	3.860.981.640,56	934.690.707,00	4.795.672.347,56
Despesas	3.834.236.702,15	766.327.583,23	4.600.564.285,38



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 5 – Saldo em Espécie

Essa conta compreende o somatório dos valores em caixa, bancos em conta movimento, aplicações, fundos de aplicação aplicações financeiras do RPPS e poupança.



	2015	2016
Caixa	R\$ 49.780,58	R\$ 151.274,22
Banco Conta Movimento/Conta Própria/Conta Única	R\$ 26.272.248,31	R\$ 20.233.597,96
Aplicações Financeiras	R\$ 299.478.361,50	R\$ 233.918.077,00
Aplicações Financeiras - RPPS	R\$ 386.201.591,15	R\$ 432.219.939,44
TOTAL	R\$ 712.001.981,54	R\$ 686.522.888,62



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro tem o objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro, sua análise tem objetivo de preparar indicadores para suporte para a avaliação da gestão financeira.

Abaixo apresentamos a análise dos Quocientes do Balanço Financeiro:

- Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro – é resultante da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Nesse caso temos um resultado orçamentário negativo que resulta também e uma variação de saldo negativa.

$$\frac{\text{Resultado Orçamentário}}{\text{Variação do Saldo em Espécie}} = \frac{(245.472.614,44)}{(29.649.092,91)} = 8,2792622$$

- Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}} = \frac{686.522.888,62}{712.001.981,54} = 0,9642149$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município em 31 de dezembro de 2016. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste Ente da Federação.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/AUDESC, convencionou-se que os ativos segregam-se em circulante e não-circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se também em circulante e não-circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

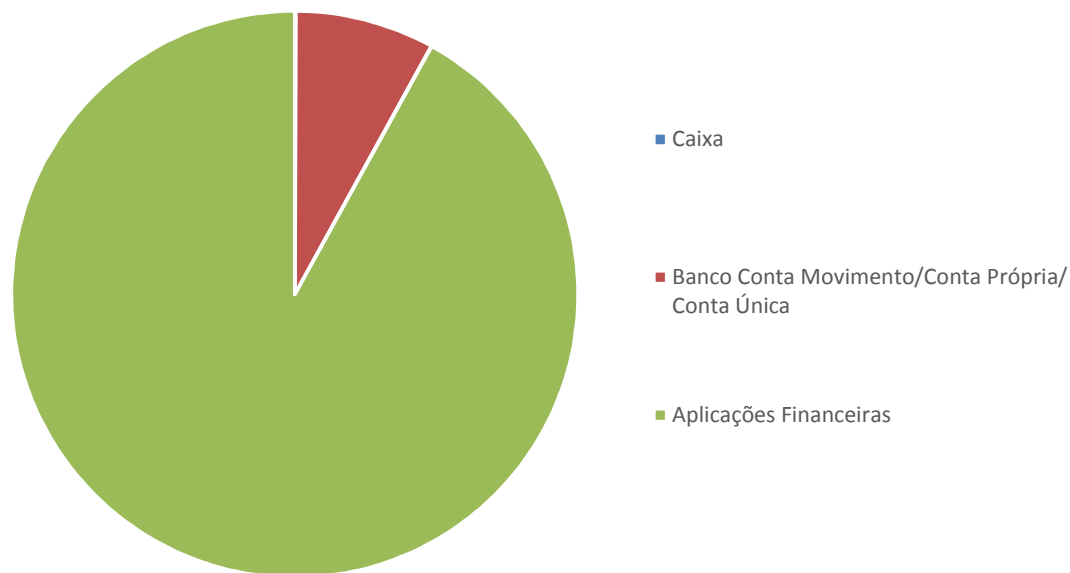
Nota 1: Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações, fundos de aplicação e poupança. Os valores são conciliados e os valores em não conformidade são registrados em relatório próprio para ajuste em momento oportuno. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Distribuição da Conta - Caixa e Equivalente de Caixa



	2015	2016
Caixa	R\$ 49.780,58	R\$ 151.274,22
Banco Conta Movimento/Conta Própria/ Conta Única	R\$ 26.272.248,31	R\$ 20.233.597,96
Aplicações Financeiras	R\$ 299.478.361,50	R\$ 233.918.077,00
TOTAL	R\$ 325.800.390,39	R\$ 254.302.949,18



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 2: Ativo Circulante – Créditos a Curto Prazo

Compreende os direitos ou créditos de natureza tributária ou créditos não tributários não recebidos no prazo estabelecido. Faz parte do estoque, inclusive, juros, encargos e atualização monetária.

No grupo Cliente, mudou-se a forma de contabilização das receitas, o registro foi feito pela ocorrência do fato gerador, ou seja foram registradas pelo direito de receber.

Foram transferidos para o Curto Prazo os valores que estão estimados para realização em 2016 dos créditos em Dívida Ativa:

CONTA	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	Consolidado
Créditos Tributários a Receber	3.958.773,27	22.583.645,31	26.542.418,58
Dívida Ativa Tributária no Curto prazo	57.292.151,35	-	57.292.151,35
Dívida Ativa não Tributária no Curto prazo	10.215.661,61	-	10.215.661,61
Total de Créditos a Curto Prazo	71.466.586,23	22.583.645,31	94.050.231,54

Nota 3: Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, e Outros Créditos a receber, com a seguinte disposição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Créditos a LP	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	CONSOLIDADO
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.516.338,12	39.195.541,52	40.711.879,64

Nota 4: Ativo Circulante – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo.

Trata-se predominantemente de valores de investimentos do Regime Próprio de Previdência, onde foi registrado ajustes para perdas, conforme demonstrado abaixo:

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	Adm. Indireta		Ajustes para perdas	CONSOLIDADO
	CAMPREV	SETEC		
Títulos e Valores Mobiliários	-	0,01	-	0,01
Títulos e Valores Mobiliários do RPPS	432.219.939,44	-	-4.170.000,00	428.049.939,44

Nota 5: Ativo Circulante – Estoques

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no Balanço Patrimonial são provenientes dos respectivos sistemas de almoxarifados da Prefeitura Municipal, da Administração Indireta e Câmara.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Conta	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	CONSOLIDADO
Estoques	28.736.271,16	4.734.800,34	33.471.071,50

Nota 6: Ativo Circulante – VPD Pagas Antecipadamente

Conta	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	CONSOLIDADO
VPD Pagas Antecipadamente	-	253.799,29	253.799,29

Nota 7 – Ativo Não Circulante – Ativo Realizável – LP

A conta Créditos a Longo Prazo é representada em grande parte pela Dívida Ativa do Município, que é constituída por impostos vencidos e não pagos no exercício, compreendendo Principal, Juros, Multa e Correção Monetária. Também constitui o saldo dessa conta, os empréstimos concedidos pelo Fundo de Apoio a População de Sub-Habitação – FUNDAP às famílias de baixa renda, moradores em condições de sub-habitação, e também por saldo a vencer relacionado a venda de área pública de forma parcelada e créditos não tributários da SETEC.

Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora gozem de diversas prerrogativas jurídicas que ampliem significativamente as possibilidades de cobrança, apresentam por certo grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão. Em 2016 para melhor evidenciar o patrimônio público municipal foram realizados ajustes de perdas para essa dívida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Conta	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	Consolidado
Ativo Realizável LP	2.822.047.055,70	2.930.908,23	2.824.977.963,93

Nota 8 – Ativo Não Circulante – Investimentos

Composta pelas participações em empresas de economia mista em forma de ações, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, assim distribuídas:

Conta	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	Consolidado
Investimentos	446.339.865,34	0,00	446.339.865,34



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

EMITENTE	SALDO EM 31/12/15	% DA PMC	QUANTIDADE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL	TIPO	VALOR ATUAL	BAIXA	SALDO 31/12/2016	AUMENTO OU REDUÇÃO
01 - CEASA CNPJ = 44.608.776/0001-64	8.562.214,46	100,00%	856.221.446	8.562.223,16	ON	1,0000000		8.562.214,46	0,00
02 - CIATEC CNPJ = 67.893.024/0001-98	4.696.303,08	100,00%	29.501.819.093	5.996.183,15	ON	1,0000000		5.996.303,08	1.300.000,00
03 - COHAB CNPJ = 46.044.871/0001-08	18.748.442,00	100,00%	18.748.443	26.549.083,00	ON	1,0000000		25.848.442,00	7.100.000,00
04 - EMDEC CNPJ = 44.602.720/0001-00	70.925.189,80	99,97%	6.875.016.156	70.946.663,01	ON	0,2368207		70.925.189,80	0,00
05 - IMA CNPJ = 48.197.859/0001-69	16.243.157,00	100,00%	16.286.425	16.286.425,00	ON	1,0000000		16.286.425,00	43.268,00
06 - SANASA CNPJ = 46.119.855/0001-37	408.063.386,00	100,00%	318.721.291	408.097.448,00	ON	1,0000000		318.721.291,00	-89.342.095,00
TOTAIS	527.238.692,34						0,00	446.339.865,34	-80.898.827,00

Nota 9 – Ativo Não Circulante – Imobilizado

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9. Nesse sentido foi publicado o decreto nº 18.615 de 29 de dezembro de 2014 e convencionou-se que os bens adquiridos a partir de 2010,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

fossem depreciados pelo método linear, sendo que os bens móveis adquiridos de 2010 a 2013 tiveram seu resultado contabilizado nas contas de resultado de exercícios anteriores.

A Secretaria de Planejamento iniciou um levantamento de todos os bens imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema SIM, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6 Reavaliação de Ativos no item 19.6.5.1. “É admitida a reavaliação parcial, desde que todos os itens da mesma natureza ou da mesma conta ou unidade operacional sejam reavaliados, não se aplicando, neste caso, a alínea c) do item 19.6.4.2.”, não foi possível a reavaliação de todos os bens da mesma conta, sendo que esse registro será feito ao término da reavaliação.

Conta	Executivo + Fundos	Adm. Indireta + Câmara	Consolidado
Bens Móveis	116.105.864,76	37.866.481,61	153.972.346,37
Bens Imóveis	584.989.699,55	73.479.100,03	658.468.799,58
Depreciação	-25.987.353,97	-8.794.834,65	-34.782.188,62

Nota 10 – Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Esta conta compreende as obrigações a vencer ao longo dos doze meses subsequentes a data do balanço, nesse exercício foram contabilizadas as provisões.

Conta	Executivo	Adm. Indireta + Câmara	Consolidado
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a pagar CP	221.230.352,12	7.614.116,21	228.844.468,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Esta conta compreende os valores de curto prazo, referente ao Programa Pró-transporte para recapeamento de vias, junto a Caixa Econômica Federal.

Nota 12 – Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e Demais Obrigações – CP

O grupo de Contas: Fornecedores e Contas a Pagar – CP, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominados de “Restos a Pagar Processados”. Compreende também parcela a vencer, de Precatórios a pagar, reclassificados do Longo Prazo para o Curto Prazo e contrapartida do Ativo Circulante, relativo aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/SP, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo Demais Obrigações a CP é composta pelas contas de Consignações, Depósitos e Cauções, Outros Depósitos, Outros Valores Restituíveis, Outras obrigações de Exercícios Anteriores e Outras obrigações a CP.

Conta	Executivo	Adm. Indireta + Câmara	Consolidado
Fornecedores e Contas a Pagar CP	335.105.038,13	11.714.912,35	346.819.950,48
Demais Obrigações CP	79.811.907,46	20.294.559,57	100.106.467,03



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 13 – Passivo Não-Circulante – Pessoal a Pagar

Essa conta é constituída pelo estoque de Precatórios de Pessoal – Regime Especial de longo prazo.

Conta	Executivo	Adm. Indireta + Câmara	Consolidado
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a pagar CP	283.060.818,29	2.138.361,87	285.199.180,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 14 – Passivo Não-Circulante – Empréstimos e Financiamentos LP

DESCRIÇÃO	Vencimento	Período	POSIÇÃO EM 31/12/2015	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015				POSIÇÃO EM 31/12/2016
				INSCRIÇÕES AJUSTES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	AJUSTES FINANCEIROS	
1. DÍVIDA INTERNA BANCÁRIA			574.525.125,41	43.286.990,78	8.435.091,86	14.303.300,10	-333.521.025,49	275.855.998,84
1.2. Bco.Brasil - DMLP Res.98/92,90/83 e 132/93	out/24	300 meses	52.659.722,01	0,00	2.421.233,70	1.173.781,90	-5.565.157,57	44.673.330,74
1.3. Bco.Brasil - MP 2185/01	jan/30	360 meses	477.766.242,62	0,00	5.313.332,12	7.974.269,33	-326.569.025,92	145.883.884,58
1.4. Bco.Brasil - MP 2827/2001	fev/17	55 meses	875.657,35	0,00	700.526,04	62.091,57	0,20	175.131,51
1.5. Pac Pavimentação - CEF	jul/36		43.223.503,43	43.286.990,78	0,00	5.093.157,30	-1.386.842,20	85.123.652,01
2. DÍVIDA EXTERNA			38.303.047,18	0,00	4.562.595,83	1.181.251,54	-8.752.306,88	24.988.144,47
2.1. BID Procen	mar/22		38.303.047,18	0,00	4.562.595,83	1.181.251,54	-8.752.306,88	24.988.144,47
3. DÍVIDA COM ÓRGÃOS PÚBLICOS			387.337.963,03	0,00	10.032.366,46	1.069.445,16	16.707.691,60	394.013.288,17
3.1. INSS Acordo - 13% FPM	ago/22	240 meses	348.783.707,48	0,00	8.128.875,70	0,00	13.303.631,06	353.958.462,84
3.2. PASEP Lei 11.941/2009	set/24	180 meses	3.607.947,61	0,00	288.529,80	195.760,27	-10.293,16	3.309.124,65
3.3. PASEP Lei 12.810/2013	jun/33	237 meses	34.946.307,94	0,00	1.614.960,96	873.684,89	3.414.353,70	36.745.700,68
4. DÍVIDA MOBILIÁRIA	mar/17		11.258.778,90	0,00	8.870.623,63	3.924.962,35	0,00	2.388.155,27
TOTAL GERAL			1.011.424.914,52	43.286.990,78	31.900.677,78	20.478.959,15	-325.565.640,77	697.245.586,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Nota 15 – Passivo Não-Circulante – Fornecedores LP

Essa conta é constituída pelo estoque de Precatórios de Fornecedores – Regime Especial de longo prazo no valor de R\$ 201.179.271,17, todo na administração direta.

Nota 16 – Passivo Não-Circulante – Provisões de LP

Trata-se de valores das Provisões Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência.

Conta	2015	2016
Provisões a Longo Prazo	663.694.003,18	128.057.886,68

Nota 17 – Passivo Não-Circulante – Demais Obrigações a LP

O grupo Demais Obrigações – LP monta em R\$ 53.587.024,01, sendo composto de parcelamento de dívida com o Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV, no valor de R\$ 49.812.141,12 e Acordo com a Maternidade de Campinas, no valor de R\$ 3.774.882,89.

Nota 18 – Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi deficitário de R\$ 1.551.753.316,23, sendo do exercício um superávit no valor de R\$ 356.050.114,83, Resultados de exercícios anteriores deficitário no valor de R\$ 1.930.340.675,24 e ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 22.537.244,18, esse resultado foi fortemente influenciado pela diminuição dos valores do grupo “Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo, em virtude do aditamento contratual em função do artigo 4º da LC 148/2014, alterada pela LC 151/2015 e nos termos do Inciso III, § 1º, art. 2º, do Decreto nº 8.616/2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1) Liquidez Corrente (LC) – Ativo Financeiro / Passivo Financeiro

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{705.425.081,72}{518.806.928,34} = 1,36$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável em que o Município tem saldo do AF que poderá pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um superávit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

2) Índice de Solvência (IS) – (Ativo Circulante + Ativo Não - Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não - Circulante)

$$IS = \frac{\text{Ativo Financeiro + Ativo Permanente}}{\text{Passivo Financeiro + Passivo Permanente}} = \frac{4.881.507.083,66}{2.092.095.851,11} = 2,33$$

Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente as suas obrigações e apresente uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Neste caso, o Município obteve um índice superior a 1, o que garante a solvência de toda suas obrigações e apresenta resultado patrimonial superavitário, em decorrência de seu Ativo Real ser superior ao Passivo Real, conforme pode ser verificado no respectivo Balanço Patrimonial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Verifica-se a evolução do saldo patrimonial do município nos últimos cinco anos:

Saldo Patrimonial	2012	2013	2014	2015	2016
Consolidado	4.415.421.215,02	4.761.499.088,74	2.882.920.796,00	2.457.269.582,82	2.813.319.697,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2015 e 2016 não foram deduzidas as receitas e despesas intra-orçamentárias na DVP, conforme demonstrativo abaixo:

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	2016	2015
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.620.829.868,81	1.916.750.083,42
Contribuições	339.649.808,32	337.271.974,20
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	45.994.201,47	40.544.953,29
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.834.591.609,75	871.561.819,48
Transferências e Delegações Recebidas	3.571.648.463,51	3.169.859.199,15
Valorização e Ganhos com Ativos	558.890.311,05	3.907.296,42
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	879.460.454,71	737.438.861,64
TOTAL (VPA)	8.851.064.717,62	7.077.334.187,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	2016	2015
Pessoal e Encargos	2.068.879.525,64	1.958.545.389,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	631.655.880,34	563.784.810,06
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.855.428.078,24	1.685.534.638,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	76.913.255,50	148.091.830,23
Transferências e Delegações Concedidas	1.867.483.247,80	1.500.953.232,78
Desvalorização e Perda de Ativos	575.970.980,18	266.230.863,93
Tributárias	37.801.273,29	35.594.883,58
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.380.882.361,80	1.368.164.772,83
TOTAL (VPD)	8.495.014.602,79	7.526.900.421,39

Resultado Patrimonial	356.050.114,83	-449.566.233,79
------------------------------	-----------------------	------------------------

No exercício de 2016 podemos citar alguns valores significativos para o resultado patrimonial positivo:

Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras no valor de R\$ 1.834.591.609,75, onde desse montante o valor de R\$ 1.600.062.699,28 refere-se a inscrições e atualizações da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O quociente do Resultado das Variações Patrimoniais, que é resultante da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O Resultado indica outra maneira de se evidenciar o resultado patrimonial.

$$\frac{\text{Total das Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Total das Variações Patrimoniais Diminutivas}} = \frac{8.851.064.717,62}{8.495.014.602,79} = 1,04$$

Verifica-se que o resultado foi maior que 1, indicando que o resultado patrimonial foi superavitário, que se deve basicamente ao Acordo MP 2185/01 – Banco do Brasil que reduziu a dívida do Município em torno de R\$ 331 milhões.